



Eixo: Classes sociais, geração e Serviço Social.

Sub-eixo: Juventude.

AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA DE INCLUSÃO NO ESTÁGIO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE PERNAMBUCO (DETRAN-PE)

RAMAYANE KAMILA FERREIRA LIRA¹
ANA CECÍLIA QUEIROZ DE AZEVEDO SOUZA²

Resumo: A pesquisa propõe uma avaliação de impacto do Programa de Inclusão no Estágio, executado no DETRAN-PE como programa de responsabilidade social. O estudo busca conhecer os impactos causados nos âmbitos específicos da vida dos jovens. Procura expor resultados qualitativos e quantitativos da pesquisa. Esta se dispõe a aprimorar a execução do programa e demonstrar sua eficácia para a gestão da instituição. A metodologia se efetiva através da análise de documentos próprios do PIE e da realização de entrevistas com beneficiados. O artigo visa colaborar para o conhecimento profissional na gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais.

Palavras-chave: DETRAN; avaliação de impacto; estágio; jovens; responsabilidade social.

Abstract: The research proposes an impact assessment of the Internship Program, implemented in DETRAN-PE as a social responsibility program. The study seeks to know the impacts caused in the specific areas of the lives of the youngs. It seeks to show qualitative and quantitative research results. It is prepared to improve the execution of the program and demonstrate its effectiveness for the management of the institution. The methodology is effective through the analysis of PIE's own documents and interviews with beneficiaries. The article aims to collaborate for the professional knowledge in the management and evaluation of policies, programs and social projects.

Keywords: DETRAN; impact assessment; internship; young; social responsibility.

INTRODUÇÃO

Este artigo expõe o processo de realização da avaliação de impacto do Programa de Inclusão no Estágio (PIE), implementado na sede do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco (DETRAN-PE), como programa de responsabilidade social. A ideia da avaliação surgiu a partir do interesse de conhecer, concretamente, os impactos causados em dimensões específicas da vida dos beneficiados – a saber, os âmbitos financeiro e educacional, além das alterações na expectativa de ascensão social –, após a

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <kamila_ferreira@outlook.com>

² Profissional de Serviço Social. Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco.

inserção dos mesmos no estágio. A avaliação busca revelar também os resultados qualitativos e quantitativos apreendidos na pesquisa com a finalidade de aprimorar a execução do PIE e demonstrar a eficácia do mesmo para a gestão da instituição. O estudo se propõe, ainda, a colaborar para o incremento científico no âmbito da educação para o trabalho, como também, para o conhecimento do profissional para a gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais.

No DETRAN-PE, durante todo o ano são recebidos estagiários para preencher as 220 vagas disponíveis, sendo 120 de nível médio e 100 de nível superior. Os contratos dos estágios são realizados através de uma licitação que permite a terceirização da contratação dos serviços. Por compreender que a situação socioeconômica do indivíduo, assim como a forma como que o mesmo se insere na sociedade, apresenta diversas determinações sociais como gênese, que foram gestadas num processo histórico derivado da relação capital *versus* trabalho, segundo a orientação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o PIE entende que

[...] espaços urbanos passaram a ser produtores e reprodutores de um intenso processo de precarização das condições de vida e de viver, da presença crescente do desemprego e da informalidade, de violência, da fragilização dos vínculos sociais e familiares, ou seja, da produção e reprodução da exclusão social, expondo famílias e indivíduos a situações de risco e vulnerabilidade.(PNAS, 2002, p. 11)

Portanto, o programa reserva 30% do número total de vagas de estágio em ensino médio do DETRAN-PE, as restringindo para jovens a partir dos 16 anos, que sejam estudantes do ensino público e que estejam em situação de risco e vulnerabilidade social ³, preferencialmente, inscritos no Programa Bolsa Família. Especificamente, são 36 vagas ofertadas, e a cada ano com o encerramento de alguns contratos⁴, é realizada uma seleção para preencher as vagas que estejam em aberto.

De acordo com o que consta no projeto do PIE (2016, p.4):

³ Os conceitos de risco e vulnerabilidade sociais são entendidos conforme a discussão realizada pela Política Nacional de Assistência Social (2004).

⁴ Os contratos podem ser encerrados pela consumação renovação (dois anos), ou por terem concluído o ensino médio e não mais corresponderem aos requisitos que viabilizem a continuidade do acordo.

O Programa de Inclusão no Estágio, a partir dos seus critérios de seleção, busca atuar de modo que oportunize a estes jovens novas vivências e experiências que os prepare para o mercado de trabalho, além de, ofertar uma bolsa mensal para ajuda de custo com a educação.

Com fins de apreciar os resultados obtidos até o momento, a pesquisa, ainda em andamento, é realizada com os beneficiados, numa tentativa de ouvir as mudanças que foram provocadas em suas vidas, a partir desta nova experiência. A avaliação de impacto busca fornecer os subsídios necessário para a permanência do PIE no DETRAN-PE e expandir as possibilidades de uma maior inserção dos interessados no campo de estágio, além de proporcionar à instituição, o conhecimento sobre o programa por eles desenvolvido.

O atual cenário político conduz as políticas sociais à focalização, proporcionando a descaracterização das políticas públicas, ao negar o princípio da universalidade. A PNAS, que tem como objetivo a proteção social, suscita que os aparelhos e equipamentos sociais possam “[...] pensar políticas de monitoramento e avaliação como táticas de ampliação e de fortificação do campo assistencial” (2004, p.9).

Desta forma, a avaliação de impacto se caracteriza como um instrumento viável nesse processo de fortalecimento das políticas sociais, contribuindo, também, para a concretização do acesso aos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988, e expostos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse trabalho tem como finalidade expor os resultados preliminares da avaliação de impacto e a contribuir para o fortalecimento dos projetos sociais que atuem de forma semelhante.

A estrutura do presente artigo é composta por três itens: I – “O impacto da conjuntura sócio-política sobre a vida dos indivíduos” discorre sobre a atual conjuntura brasileira, a qual atua diretamente sobre a sociedade, reproduzindo diversas expressões da questão social, ao submeter os indivíduos às vulnerabilidades e riscos sociais; II – “Percurso Metodológico”, destaca pressupostos teórico-metodológicos, no âmbito da avaliação de impacto e descreve o percurso para efetivação da pesquisa, assim como trata da

relevância desse tema para os profissionais do Serviço Social, enquanto instrumental para a realização do trabalho e, por consequência, auxiliar na garantia dos direitos; III – “Avaliação de Impacto do Programa de Inclusão no Estágio” apresenta a importância da pesquisa como um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade, na tentativa de se conhecer como os jovens, após as inserções no ambiente de estágio, veem a aprendizagem e a relação com esta. Elucida as alterações, no âmbito financeiro, que foram proporcionadas com o ingresso dos beneficiários no programa de estágio. Ainda busca ter a visão da percepção deles sobre a temática do compromisso com a educação e a forma como se enxergam na atualidade, refletindo sobre suas percepções pessoais acerca da perspectiva de ascensão social.

Apontar os resultados desta pesquisa de avaliação de impacto promove, individualmente, a reflexão sobre como a oportunidade de inserir um jovem num ambiente de convívio com indivíduos de diferentes estratos sociais, pode alterar o curso da vida deste. Inserir-lo no ambiente laboral – ainda que temporariamente-, sendo este sujeito do meio social, desprovido das qualificações técnicas requeridas pelo mercado, excluído da classe trabalhadora, sobrevivente da precarização das políticas públicas, é permitir que o jovem acredite em si próprio, é oferecer condições primárias para romper com o fatalismo impregnado no discurso do seio familiar. É promover a dignidade humana, que não lhe fora dada, mesmo esta sendo uma cláusula pétrea, exposta na Constituição.

I - O IMPACTO DA CONJUNTURA SÓCIO-POLÍTICA SOBRE A VIDA DO INDIVÍDUO

A inserção do jovem brasileiro no mercado de trabalho se condensa num processo histórico que foi constituído a partir da formação sócio-histórica do país. De acordo com Santos e Gimenez (2015, p. 154),

A análise do processo de inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro não pode ser dissociada das características concentradoras e excludentes do processo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro, responsável pela construção de uma das nações com os mais elevados índices de desigualdade econômica, regional e entre diversos segmentos da sociedade.

Diante do cenário brasileiro que tem vivenciado a retomada do neoliberalismo – sendo o objetivo desse, o Estado máximo para o mercado e mínimo para a o social -, atrelado a focalização das políticas públicas e os desmontes dos direitos sociais, apresenta-se uma sociedade permeada de diversas expressões da questão social, a qual acomete a classe trabalhadora ao sucateamento dos serviços públicos, não promovendo a proteção social, ainda que esta seja concebida como direito na Constituição Federal de 1988.

Behring e Boschetti (2011) afirmam que, frente a um ambiente em que as forças de resistência da população se encontram fragmentadas – em especial o movimento dos trabalhadores, em função do desemprego, da precarização e flexibilização das relações de trabalho e direitos – as medidas governamentais, em geral, apresentam como justificativa à restrição e redução de direitos, o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. Esse processo, ainda em andamento, já apresenta resultados, e este conduz a uma sociedade que se torna vítima da exploração do modo de produção capitalista, uma vez que para manter-se, enquanto modelo hegemônico, o capital necessita da acumulação de riquezas, e esta apenas é possível frente ao “enorme crescimento da pobreza” (NETTO; BRAZ. 2012, p.150). Logo, o modelo de produção vigente, em sua essência, realiza a apropriação do trabalho socialmente produzido, para manter os níveis de acumulação satisfatórios.

Diante do atual cenário do mercado de trabalho, que não absorve 13,1% dos trabalhadores⁵, deixando-os ausentes de renda para prover seus sustentos, na busca pela sobrevivência, ainda muitas vezes, os indivíduos se submetem a condições de trabalho análogas à escravidão. Neste sentido, a oportunidade no mercado de trabalho formal para os jovens surge como possibilidade para garantir as mínimas condições necessárias à vida digna, e esta ainda se torna insuficiente, diante do número de dependentes do auxílio.

⁵ Segundo o IBGE, 13,7 milhões de brasileiros encontram-se fora do mercado de trabalho. As vagas de emprego foram reduzidas, se comparadas com o censo do trimestre anterior, aumentando em 1,3% a taxa de desemprego no país. Fonte: Site IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018.html>.

Conforme apontado por Schultz (1964, APUD VIANA; LIMA, 2010, p. 141), o investimento básico no ser humano se dá por meio da educação e, esta é uma das formas de enfrentamento que apresentam maior eficácia para romper com o ciclo da pobreza.

A caracterização da educação se dá por meio do “ensino” e do “aprendizado”, sendo que seu significado decorre da extração de algo potencial ou latente de uma pessoa, aperfeiçoando-a, moral e mentalmente, a fim de torná-la suscetível a escolhas individuais e sociais. Preparando-a para uma profissão, por meio de instrução sistemática e exercitando-a na formação de habilidades (VIANA; LIMA. 2010, p. 141).

No entanto, ao referir-se a pessoas que apresentam uma baixa renda *per capita*, estão em situações de risco e vulnerabilidade sociais, torna-se necessário desenvolver um modo de inclui-los no mercado de trabalho formal e estimular a busca pelo conhecimento, a partir do acesso à educação.

No DETRAN-PE, com o contato estabelecido entre o Serviço Social e o público do PIE – os jovens, estudantes do ensino médio da rede pública, em situação de risco e vulnerabilidade sociais- se pode perceber que a despreparação, que os mesmos apresentam como dificuldade para se inserir no mercado de trabalho, é fruto das consequências do panorama sócio histórico da reestruturação produtiva do capital. Esta determina, entre outros objetivos, a formação do exército industrial de reserva. Logo, para que sobreviva, resta ao indivíduo o trabalho autônomo, informal e, até mesmo, escravo, a depender da cultura de trabalho e condições de mercado do local em que este vive. O Estatuto da Juventude, em seu artigo segundo, parágrafo quarto, reconhece o jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares (Lei nº 12.852, de 5/08/2013). A este indivíduo, o mesmo estatuto afirma que,

Art. 14. O jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social.

Art. 15. A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à profissionalização, ao trabalho e à renda contempla a adoção das seguintes medidas:

IV - atuação estatal preventiva e repressiva quanto à exploração e precarização do trabalho juvenil;
(Lei nº 12.852, de 5/08/2013).

Verifica-se que o Estado brasileiro, apesar de proferir o direito na legislação, não oferece condições concretas para que esses possam usufruir os mesmos, ao inviabilizar o acesso e restringir os recursos destinados a estes serviços. O atual modelo de gestão do Estado, mesmo dispondo de políticas eficazes que poderiam transformar os indivíduos em agentes sociais, promovendo a emancipação humana dos cidadãos, não proporciona a estes, em especial os que pertencem à classe trabalhadora, uma educação qualificada.

Conforme é apontado por Chaui (1995) citada por Couto (2006), a cultura neoliberal faz emergir, no Brasil, um de seus traços mais conservadores: o predomínio do interesse privado sobre todas as coisas em detrimento dos interesses públicos, afetando a constituição da esfera pública.

Considerando que o público alvo do PIE é composto, em maioria, por jovens negros – que mesmo, sua maioria, não se reconhecendo enquanto tal-, historicamente, por ser parte do grupo étnico racial, têm seus direitos negados por aspectos fenóticos. As consequências da violência étnico racial que estes jovens vivenciam se apresentam, quantitativamente, por exemplo, no número de desempregados quando comparados os brancos e os não brancos.

Mota e Amaral (2010), afirmam como a principal tarefa posta para o Serviço Social, na atual conjuntura, a identificação do conjunto das necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais), quer do capital, quer do trabalho, que estão subjacentes às exigências de sua refuncionalização. Logo, ao lidar com a população que tem seus interesses coletivos negados face aos interesses individuais do capital, se torna imprescindível expor às possibilidades que são colocadas na presente conjuntura, fornecendo informações acerca dos direitos dirigidos aos grupos específicos, colaborando para a inserção destes no mercado de trabalho, compreendendo ainda assim, as contradições da sociabilidade capitalista. Dando-os oportunidade, a socialização e autonomia do indivíduo, a partir de políticas de proteção social, conforme as idealizadas, pelo movimento democrático, na construção da Constituição Cidadã, de 1988.

II – PERCURSO METODOLÓGICO

Segundo Arcoverde e Albuquerque (2016), é necessário introduzir uma cultura de avaliação como elemento estruturante da intervenção social. A partir desta afirmativa, a avaliação se concentra no cumprimento de metas e nos processos ou efeitos colaterais. (SILVA, 1997, p.75). A avaliação de impacto, na atualidade, torna-se necessária para justificar a pertinência das intervenções, demonstrando quais as alterações na realidade após a intervenção e em que sentido essa mudança se operacionalizou (ARCOVERDE; ALBUQUERQUE, 2016).

Após o movimento de Reconceitualização do Serviço Social, os profissionais, antes apenas executores das políticas sociais, foram convocados aos processos de formulação, avaliação e monitoramento destas políticas. Mota (2017) afirma que é

[...] da nossa competência profissional e intelectual politizar e analisar o crescimento dessas políticas, mostrando seus limites, e não apenas a importância de mantê-las, mas, principalmente, a de ampliá-las, conquistando novos direitos e acessos a bens e serviços [...] (MOTA, 2017, p. 50).

De forma geral, a realização da avaliação de impacto contribui para o processo democrático na medida em que dissemina as informações relativas às políticas, programas ou projetos sociais, oportunizando a sociedade a ampliação do debate político e democrático. Portanto, configura-se como objetivo claro dessas avaliações expor aos beneficiados se as pretensões dos instrumentos sociais foram alcançadas, a fim de que possam ser aprimoradas para uma melhor execução dos mesmos.

A metodologia desta pesquisa pauta-se na coleta e análise de dados, através de documentos próprios da equipe responsável e da realização de entrevistas com os envolvidos. Como etapa da realização do projeto, foi aplicado o pré-teste da entrevista com o objetivo de verificar a compreensão dos entrevistados sobre as perguntas, presentes no roteiro de entrevista e indagadas durante a mesma. Para a realização desta, foram escolhidas pessoas de ambos os gêneros, que estivessem estagiando há, ao menos, um ano, tempo mínimo necessário para observar as mudanças provocadas através

da inclusão do indivíduo no ambiente de estágio. Utilizou-se a estratégia de entrevistar um jovem de cada nível de aproveitamento/desempenho – sendo estes: maior, médio e baixo. Logo, foram escolhidos três jovens para as entrevistas, os quais, para manter suas identidades em sigilo, são mencionados pelos nomes de Maria, João e Ana.

ITEM III – AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA DE INCLUSÃO NO ESTÁGIO

Maria, 19 anos, integrante do grupo de maior aproveitamento, iniciou seu estágio em abril de 2017. Oriunda do ensino público, ela concluiu o ensino médio em dezembro do mesmo ano. Para seguir com o contrato de estágio, conforme a solicitação do órgão⁶, Maria ingressou em um curso técnico em administração, o qual é particular. A jovem reside na região metropolitana do Recife, em uma periferia. A família da mesma convive numa casa de quatro cômodos, os quais são habitados por 12 pessoas. Recentemente, sete, dos dez irmãos de Maria foram retirados da tutela da genitora e estão abrigados, mantidos sob a guarda do Estado. Na casa, apenas o padrasto apresenta vínculo empregatício. Em sua passagem pelo DETRAN-PE, a beneficiária pôde trabalhar em diversos setores, tendo a oportunidade de aproximar-se de servidores com áreas de conhecimento distintas.

O segundo entrevistado, João, tem 22 anos, é integrante do grupo de médio aproveitamento e teve o estágio iniciado em fevereiro de 2017. Estudante da rede pública de ensino, João é concluinte do terceiro ano do ensino médio. O jovem reside na Iputinga, próximo ao DETRAN-PE. A família é composta por quatro pessoas e, no momento, nenhuma destas se encontra empregada. A renda da família é derivada do Benefício de Prestação Continuada, concedido à tia do jovem por deficiência mental. Há, também, um tio alcoolista que, há anos, é refém da dependência, e reside na casa. Após o

⁶ Os estagiários podem estar vinculados com a empresa contratante por um período máximo de dois anos. Contudo, caso conclua o ensino médio antes desse período, se for desejo do contratado e da instituição contratante, o jovem pode ingressar em um curso técnico para que a vinculação permaneça. O DETRAN-PE admite apenas estagiários com curso técnico em administração.

ingresso no DETRAN-PE, João estagiou em três setores. Um desses dispôs das condições básicas para que o beneficiário superasse a timidez, pois o mesmo executou atendimento ao público.

A última entrevistada, Ana, 18 anos, é integrante do grupo de menor aproveitamento, e ingressou no estágio em fevereiro de 2017. Assim como Maria, Ana também é aluna do ensino técnico, e deu início a este pelo mesmo motivo: dar sequência ao contrato de estágio. Antes do vínculo com DETRAN-PE, a usuária foi estagiária numa creche. O valor recebido pelas suas atividades na instituição era utilizado para prover parte do sustento da família, sendo esta é composta por quatro pessoas. Dentre os moradores da casa, apenas Ana e sua mãe desenvolvem atividades lucrativas. A renda é composta pela pensão paga pelo genitor dos irmãos da beneficiária. A progenitora da beneficiária trabalha como diarista. O trabalho é autônomo e informal, logo a remuneração adquirida com este é incerta.

As alterações causadas a partir do estágio na vida dos usuários versam sob diferentes âmbitos. Contudo, este estudo limita-se a compreender e expor os impactos nos aspectos financeiro e educacional, assim como sobre a perspectiva de vida, os quais serão tratados a seguir.

Aspecto Financeiro

No discurso dos entrevistados, as mudanças referentes ao aspecto financeiro versam e se diferenciam sobre o tipo de ensino que o jovem está inserido, os quais são o ensino médio e o técnico. Para os jovens usuários da rede pública de ensino, a bolsa tem contribuído para o provimento da família, se tornando parte da renda do núcleo familiar.

Verifica-se que, na verdade, o real intuito da concessão do auxílio é fornecer as condições financeiras para que o estagiário possa cumprir a carga horária estabelecida pela instituição. No entanto, perante o desemprego, o qual se põe como uma das dificuldades encaradas pelo seio familiar torna-se uma necessidade premente que o jovem deseje utilizar a ajuda de custo para colaborar na renda familiar.

Nota-se que, já antes do ingresso, os jovens afirmavam ser arrimo de família, contribuindo na renda com a realização de atividades informais. Atenta-se aqui, a idade que estes iniciaram as atividades laborais. Nos arquivos das fichas de inscrição para o PIE, verificou-se que Maria, ainda com 17 anos de idade já tinha trabalhado por um ano como doméstica. A mesma também utilizou a venda de alimentos como recurso para garantir a sobrevivência da família⁷. De acordo com a Legislação Brasileira “é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos” (Lei 10.097, de 19/12/00). Logo, vale ressaltar, que neste caso, o estágio proporcionou a oportunidade do indivíduo retirar-se do trabalho infantil. Portanto, a introdução dos jovens no ambiente de estágio, além de lhes possibilitar o acesso à educação, os permite um auxílio, que tenta garantir que estes não retornem à prática do trabalho infantil e, por consequência, aos riscos presentes neste.

Evidencia-se que a forma de retirar os usuários da prática do trabalho infantil não os permite a dedicação exclusiva à aprendizagem, conforme é solicitado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993), ao instituir o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, que este garantisse as condições primárias para que a criança e o adolescente estivessem disponíveis aos compromissos escolares.

Art. 24-C. Fica instituído o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que, no âmbito do Suas, compreende transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho. (LEI 8.742, DE 07/12/93).

Reafirma-se que a saída do jovem do trabalho infantil se deu a partir da inserção deste no trabalho protegido e orientado, o qual estimula a busca pela aprendizagem, porém não viabiliza que o usuário se concentre, integralmente, nos estudos, pois o compromisso do estágio, o obriga a cumprir diariamente uma jornada reduzida na instituição (4h).

⁷ Informações extraídas da ficha de inscrição do Programa de Inclusão no Estágio, preenchida em entrevista no dia 10/11/2016.

Durante a entrevista, Maria (informação verbal), estudante do ensino técnico, informou que o auxílio disponibilizado através do estágio tem suprido suas necessidades primárias para manter-se no curso. Sendo particular, o valor pago por este somado às passagens que ela necessita, lhe consomem toda a bolsa. Segundo a beneficiária, depois do início deste curso ela não conseguiu mais “ajudar em casa”.

Eu não tô botando nada dentro de casa, porque eu não fico com nada.... Aí minha mãe fez: tem nem como você dar uma ajuda, pra comprar um gás? Eu digo: mainha, eu sinto muito, o dinheiro que eu pego é pra pagar meu curso. E é triste realmente, né ? A pessoa não ter dinheiro pra ajudar a mãe. Ontem mesmo faltou gás. Ai eu fico com o coração apertado... Eu digo caramba.⁸

Ao comparar a renda total das famílias dos jovens em momentos distintos – antes e o depois do estágio - observa-se uma alteração mínima. De acordo com as informações presentes na ficha de inscrição no PIE, no ano de 2016, as famílias dos jovens eram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Porém, diante dos cortes nos gastos públicos, especialmente na Política de Assistência Social, houve uma redução no número de contemplados pelos programas sociais, e as famílias dos entrevistados foram afetadas pela perda do valor monetário que era proveniente do Programa Bolsa Família. Logo, a inclusão da bolsa do jovem na renda da família, termina por substituir o componente que havia sido retirado. Constata-se aqui que, neste caso, o auxílio concedido no estágio se torna ainda mais insuficiente às necessidades das famílias dos beneficiários, pois sendo o jovem o único com uma ocupação remunerada na casa, racionalmente, esta será utilizada para o sustento de todos. Contudo, como já fora exposto, o objetivo da disponibilização do auxílio não é que este seja integrado à renda da família. No entanto, sabe-se que os atuais investimentos nas políticas sociais, que teriam essas famílias como público, são mínimos.

Deve-se notar que as ações deste cunho fazem parte do retorno do neoliberalismo, que segundo Soares (2000), este tem como base a informalidade no trabalho, o desemprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente, a acentuação dos níveis de pobreza. A ausência da

⁸ Entrevista concedida por Maria. Entrevistada I. [maio 2018]. Entrevistadora: Ramayane Kamila Ferreira Lira. Recife, 2018. 1 arquivo mpeg-4 (24min26seg.).

intervenção do Estado na vida da população torna-os desprotegidos, socialmente. A vulnerabilidade social, a qual estas famílias estão imersas, é produto de uma política de Assistência Social ainda focalizada, que é apontada por Pereira (2008) ao considerar que esta política não conseguiu superar a histórica focalização em segmentos ditos como vulneráveis e em situação de risco, ou seja, a abrangência desta política é restritiva, e atua de forma emergencial às populações sobre estas condições.

Entretanto, para garantir a dignidade do indivíduo, apenas os investimentos nesta política não bastam. É necessário o desenvolvimento crescente das demais políticas sociais, como exemplo as políticas de educação, saúde e emprego. Logo é necessário um sistema de proteção social fortalecido, onde a proteção social seja entendida como direito, porém, tendo a compreensão que pobreza significa, além da ausência de renda, condições desiguais de vida (ALVES; SEMZEZEM, 2012).

Para a concretização da pesquisa, a entrevista semiaberta foi utilizada propositalmente, com a finalidade de absorver dados próprios da realidade do indivíduo que não eram esperados. Durante o diálogo estabelecido com o usuário, foi possível observar que o recebimento da bolsa para o estagiário, nutria nele a capacidade do poder de compra, o tornava um consumidor. Ao perguntar ao segundo entrevistado como usava a bolsa, o mesmo informou que “ajudava a família e comprava alguns pertences para si” (informação verbal)⁹. Na observação visual feita pela pesquisadora, foi possível analisar que a concessão do auxílio permite que os usuários cuidem da aparência. Algo que antes não era realizado, pois apenas as necessidades primárias – entendam-se por alimentação e vestuário- eram atendidas, quando possíveis, de acordo com o orçamento familiar.

Ressalta-se que, na sociedade capitalista, desde a infância, os indivíduos são preparados para, na fase jovem e madura da vida, estarem aptos ao mercado de trabalho. Logo, o recebimento do auxílio produz no

⁹Entrevista concedida por José. Entrevistado II. [maio 2018]. Entrevistadora: Ramayane Kamila Ferreira Lira. Recife, 2018. 1 arquivo mpeg-4 (08min29seg.).

estagiário o sentimento de utilidade, de independência financeira – ainda que esta seja ínfima. Essa sensação incentiva/induz o adolescente a ver no ambiente de trabalho uma possibilidade para mudar de vida.

Aspecto Educacional e Perspectiva de Ascensão Social

Durante a entrevista, os dois objetivos se mostravam interligados nos discursos dos jovens, portanto ambos serão abordados juntos. Referindo-se ao aspecto educacional, os entrevistados apontavam cenários diferentes antes de suas inserções no estágio. Contudo, entre os discursos, são comuns os determinantes que influenciaram a formação desses jovens. Diante do ambiente desprotegido, cercado de riscos e vulnerabilidades sociais, o jovem se desenvolveu numa rotina que não oferecia as condições necessárias que incentivasse e oportunizasse a busca pelo conhecimento.

Se apreendermos a educação como “um dos elementos que emancipa os sujeitos e os tornam participantes do processo de transformação” (DAMO et al., 2011 p.5), compreenderemos que a precariedade e ausência do acesso à educação que as famílias dos usuários são submetidas os induz ao fatalismo, levando-os a viver um dia de cada vez, distante do planejamento futuro. A experiência do estágio mostrou-se, também, favorável a mudança na ‘forma de pensar’ dos estagiários. A jovem integrante do grupo de baixo aproveitamento, Ana, afirmou que antes de tornar-se estagiária do DETRAN-PE, já havia estagiado em uma creche. O contato que esta teve nos ambientes laborais formais a permitiram traçar, mentalmente, como organizar suas rotinas e planos pessoais. Nas palavras de Ana, ela afirmava ter um planejamento pessoal.

Eu tenho um planejamento na minha vida (risos). Tudo na idade certa... Vamos supor assim. Eu queria começar a minha faculdade com 21, para terminar aos 25, pra se Deus quiser, aos 27 eu tá empregada, bem estruturada. Só que nesses dois anos [refere-se aos anos antes da idade dada por ela, para início da faculdade], meio que eu ia ficar parada, aí eu aproveitei a oportunidade e comecei meu curso técnico em administração¹⁰.

¹⁰ Entrevista concedida por Ana. Entrevistada III. [maio 2018]. Entrevistadora: Ramayane Kamila Ferreira Lira. Recife, 2018. 1 arquivo mpeg-4 (10min39seg.).

Observa-se que a estagiária usa o planejamento sob uma perspectiva de superar a atual condição à qual está inserida. Ainda que esta não tenha condições objetivas para seguir o próprio objetivo, a mesma já aparenta aspirações para o futuro.

Damo et al. (2011), afirma que

Compreender a realidade, para além do que se apresenta como imediato/aparente, pressupõe o desenvolvimento de uma consciência crítica a qual implica um compromisso com o mundo e com os homens e mulheres, com o desvelamento de suas contradições, de modo a criarmos as condições necessárias à transformação da realidade social na direção de relações comprometidas com o atendimento das reais necessidades humanas, e não nas necessidades artificiais criadas pelo Capital para sua própria manutenção (...). (DAMO et al., 2011, p.6)

Contudo, sabe-se que o capitalismo não propicia o desenvolvimento do pensamento crítico, pois “a ordem social burguesa produz saberes invertidos, que desviam a classe proletária da compreensão revolucionária de sua real situação de classe” (DAMO et al., 2011, p.6). Portanto, constata-se que é proposital o descaso com as camadas mais vulneráveis da população. Ainda em 1986, Darcy Ribeiro já afirmava que a crise educacional do Brasil, não seria uma crise, e sim um projeto (RIBEIRO, 1986).

Em acordo com os interesses do capital, segundo Mota (2009), o Estado brasileiro apresenta um comportamento oscilante em relação às suas intervenções à classe trabalhadora. Sendo ausente do âmbito social, ao limitar-se a cumprir apenas os mínimos sociais que postergam a existência da miséria, o Estado fornece a educação – direito garantido na Constituição Federal – de forma sucateada, precarizada e sem garantia do acesso. Contraditoriamente, o mesmo Estado requer indivíduos preparados para o mercado de trabalho, sem antes ter-lhes assegurado uma educação qualificada que priorizasse a inserção deste indivíduo no mercado.

Mesmo frente a esta rotina exaustiva e fatigante, há quem se aproprie da educação como forma de superar a miséria, a qual se encontra imerso, tendo-a como a única chance de ascender socialmente – ainda que esta ascensão apenas o retire da miséria, para incluí-lo na linha da pobreza. A inclusão no

ambiente corporativo, segundo as palavras dos entrevistados, os levou a refletir e mudar sua postura, ao ponto desta influenciar a relação do mesmo com a escola. Essa afirmativa é evidenciada no trecho abaixo, extraída do diálogo com o segundo entrevistado, João.

Porque eu era tímido, comecei a falar mais com o povo... Comecei a conhecer mais gente, a fazer amizade mais fácil. [**Pesquisadora:** E isso ajudou na escola?] Ajudou... Eu consigo chegar mais perto do professor pra perguntar as coisas. Nem parece que eu era assim pow... Se eu chegasse aqui eu não ia falar nada não. Eu ia ficar suando que só o caramba. (risos). [...] Eu era tímido, eu era tímido pesado mesmo. Não falava nada, comecei a trabalhar aqui, fui para o atendimento e desenrolei¹¹.

Nota-se o quão relevante vem a ser contribuição do ambiente laboral na vida dos beneficiados. A oportunidade de estar no mesmo ambiente com pessoas de outros estratos sociais permite a troca de conhecimentos e motiva o jovem a dedicar-se a vida escolar. Logo, a imersão destes estudantes no estágio propicia que eles compreendam a educação numa perspectiva até então desconhecida. A apreendem como meio de transformação social, a qual viabilizaria modificações na sua própria realidade social.

A classificação dos níveis de maior, médio e baixo aproveitamento, utilizada como técnica para a realização das entrevistas permitiu duas observações: a) nas palavras de Maria, a sua busca pelo conhecimento possibilitou seu ingresso no estágio e, assim também, seria, para ela, a educação sua porta de entrada para o mercado de trabalho, por isso, diariamente tem estudado para tornar viável seu objetivo de adentrar o ensino superior e cursar direito (informação verbal); b) João, assim como Ana, também, apresentou um discurso onde reconhecia a educação como forma de superação do ciclo da pobreza. O segundo entrevistado revelou a pretensão de iniciar o ensino superior, dedicando-se à Ciência da Computação, contudo expos que não estuda regularmente e limita-se, apenas, ao período de provas semestrais (informação verbal).

¹¹ Entrevista concedida por José. Entrevistado II. [maio 2018]. Entrevistadora: Ramayane Kamila Ferreira Lira. Recife, 2018. 1 arquivo mpeg-4 (08min29seg.).

É relevante citar que a jovem do grupo de maior aproveitamento recebeu a influência de um servidor do órgão, estudante de Direito, que a estimulava na busca pelo conhecimento, ao lhe chamar para estudar com ele. Tal fato, não ocorreu com o integrante do grupo de médio aproveitamento. A presença de um indivíduo que oriente, e, secundariamente, provoque as reflexões sobre a importância dos estudos, incide diretamente sobre a vida do jovem estagiário. O beneficiário toma as palavras e ações desta pessoa como exemplo a ser seguido, vendo-o como modelo para si. Logo, a postura do supervisor de estágio revela uma extrema importância, pois pode interferir no desempenho do beneficiário no estágio. A inexistência de indivíduos próprios do núcleo familiar que orientassem os entrevistados, desde a infância, dificultou o desenvolvimento escolar destes, contudo, é visto que os próprios pais tiveram seu contato com a educação limitado. Pois, majoritariamente, não concluíram o ensino básico. Logo, a análise permite compreender que, talvez, sejam estes jovens os primeiros em suas famílias a ingressar no ensino superior. Portanto, esses fatores, somados à imediatividade presente nas rotinas das famílias, se apresentam como determinantes que influenciaram a formação pessoal destes jovens, a qual tem sido alterada após a inclusão dos mesmos no estágio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da pesquisa de avaliação de impacto do Programa de Inclusão no Estágio permitiu a apreensão de dados que aproxima o entendimento a cerca da realidade do programa. No aspecto financeiro, o estudo permitiu compreender que o estágio possibilita, além da inclusão de um componente para a renda da casa, a retirada dos jovens do trabalho infantil, os oferecendo a oportunidade de um trabalho protegido, que os incentive no estudo. Observou-se que, aos estagiários inseridos no ensino técnico, a bolsa não permite auxiliar nas despesas da família, pois o curso é privado e tem um alto custo. A este resultado, sugere-se que os estagiários do ensino técnico sejam incluídos nos cursos da rede pública, devendo estar atentos aos prazos de inscrição os quais iniciam ao fim do ano letivo. Na perspectiva de ascensão social e no âmbito educacional, observou-se que ao apreenderem a educação como forma de transformação social, os estagiários criaram expectativas de

alterar suas vidas. E, a partir disso, passam a projetar e planejar suas ações, buscando estratégias de como alcançar seus objetivos particulares. Logo, conseguem superar o discurso fatalista, utilizando o planejamento como estratégia para lidar e superar as limitações impostas pela sociabilidade capitalista.

De modo geral, a realização do estudo proporcionou a aproximação com a realidade dos usuários do programa de estágio. Estando a sociedade sobre um movimento dialético, a realidade não apresenta, continuamente, as mesmas características. Portanto, este artigo compõe a compilação das informações colhidas no período de maio a junho, tempo em que o estudo foi iniciado. Atento ao modo de produção vigente, compreendendo as contradições que permeiam a sociabilidade deste e a luta de classes que se manifesta em seu processo histórico e contraditório, se entende que o desenvolvimento das políticas sociais, as quais ofertam a proteção social integral ao indivíduo, possibilita condições para o desenvolvimento humano. Sendo a educação indispensável no processo de reconhecimento de classe, esta se coloca como fundamental para emancipação humana. Contudo, deve estar articulada às demais políticas, possibilitando que o indivíduo, em sua totalidade, esteja apto para o enfrentamento das contradições existentes na ordem atual.

O estudo se qualifica, ainda, como instrumento para o processo de democratização, o qual reforça o papel do assistente social no processo de formulação, monitoramento e avaliação das políticas, programas e projetos sociais.

REFERÊNCIAS

ANA. Entrevistada III. [jun. 2018]. Entrevistadora: Ramayane Kamila Ferreira Lira. Recife, 2018. 1 arquivo mpeg-4 (10min39seg.).

ALVES, Jolinda de Moraes; SEMZEZEM, Priscila. *Vulnerabilidade social, abordagem territorial e proteção na política de assistência social*. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/viewFile/16115/14627>. Acesso em: 07 jun. 2018.

ARCOVERDE, A. C. B; ALBUQUERQUE, C. M. P. *Avaliação de Impacto: da teoria à práxis*. Recife: Editora UFPE, 2016.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011, v.2. (Biblioteca básica de Serviço Social)

BRASIL. *Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000*. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10097.htm. Acesso em 1 jun. 2018.

_____. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Brasília, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8742.htm. Acesso em 13 jun. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2004.

COUTO, Berenice Rojas. *O Direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DAMO, A et. al. *Educação da Classe Trabalhadora: emancipação dos sentidos e libertação da consciência*. Florianópolis: UFSC, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Desemprego volta a crescer no primeiro trimestre de 2018*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.

JOSÉ. Entrevistado II. [maio 2018]. Entrevistadora: Ramayane Kamila Ferreira Lira. Recife, 2018. 1 arquivo mpeg-4 (08min24seg.).

MARIA. Entrevistada I. [maio 2018]. Entrevistadora: Ramayane Kamila Ferreira Lira. Recife, 2018. 1 arquivo mpeg-4 (24min26seg.).

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete. *O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. 80 anos do Serviço Social: brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 128, p. 39-53, jan./abr., 2017.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana. Reestruturação do Capital, Fragmentação do Trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete. (Org.). *A nova fábrica de consensos*. 5ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010, v. 00, p. 23-44.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política – uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2012, v.1. (Biblioteca Básica do Serviço Social)

PEREIRA. Potyara A. P. *Política social: temas e questões*, São Paulo: Cortez, 2008.

RIBEIRO, Darcy. *Sobre o óbvio*. 1986. Disponível em:
http://www.biolingua.com/ling_cog_cult/ribeiro_1986_sobreobvio.pdf.
Acesso em: 2 jun. 2018.

SANTOS, Anselmo Luís dos; GIMENEZ, Denis Maracci. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. *Estudos Avançados* 29 (85). São Paulo. 2015.
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200007. Acesso em: 06 nov. 2017.

SERVIÇO SOCIAL. Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco.
Programa de Inclusão no Estágio. Recife, 2016.

SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000. Coleção Questões da Nossa Época.